

ANEXO A.4: DOCUMENTOS GENÉRICOS (SNC-AP)

**DOCUMENTOS GENÉRICOS DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS – SNC-AP**

7. RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

PARECER SOBRE AS CONTAS

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre o relatório de execução financeira, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, os mapas de execução orçamental, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas referentes ao exercício de 2022 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da **CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA**.

1. No âmbito das nossas funções:

- Procedemos ao acompanhamento possível da gestão e da atividade do Executivo da CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA;
- Analisámos a informação contabilística, financeira e de gestão que nos foi disponibilizada, em suporte documental e informático, e verificamos a regularidade nos respetivos livros, registos contabilísticos e documentos;
- Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e dos passivos pertencentes ou assumidos pela CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, particularmente no que respeita à adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados e que constam expressos no Anexo às contas;
- Desenvolvemos os procedimentos de revisão e auditoria às contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência, emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, entregue ao Executivo da CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, cujo conteúdo consideramos como fazendo a parte integrante do presente relatório;
- Verificámos a conformidade legal e a regularidade financeira das operações registadas.

2. As demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 133.697.966 euros, incluindo um saldo de gerência anterior, no valor de 36.225.278 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga de 85.190.114 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. Emitimos ainda a Certificação Legal das Contas, com data de 21 de abril de 2023, a qual inclui 3 reservas, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Reservas:

i) Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis ascende a um valor líquido de 220.440.864 euros. No decurso do nosso trabalho foi identificado um conjunto de cerca de 300 ativos para os quais a Entidade não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários para proceder à sua valorização, conforme previsto na NCP 5 e que, por esse motivo, se encontram registados com um valor bruto de montante nulo no cadastro. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

ii) Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a um valor líquido de 3.713.844 euros, cujo valor constante nos registos contabilísticos não é passível de reconciliar com os valores em dívida no Módulo de Gestão de Clientes. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

iii) Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Investimentos Financeiros ascende a 3.642.552 euros, e inclui uma participação financeira totalmente provisionada relativa à entidade PolisAlbufeira; Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A., que se encontra em liquidação. Apesar de existir em curso um projeto de partilha de ativos e passivos, não foi possível aferir em que medida poderão resultar para a Câmara Municipal de Albufeira a transferência de responsabilidades, bem como a transferência de outros ativos. Nesse sentido, não estamos em posição de nos pronunciar sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

4. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras e orçamentais relativas ao exercício de 2022 e o Relatório de Execução Financeira, bem como a proposta de aplicação do resultado líquido positivo apurado de 10.581.922 euros, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que, depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados e aprovados pela Assembleia da **CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA**.

Lisboa, 21 de abril de 2023

HUGO
ALEXANDRE
MATEUS
SALGUEIRO

Assinado de forma
digital por HUGO
ALEXANDRE MATEUS
SALGUEIRO
Dados: 2023.04.21
17:31:06 +01'00'

Hugo Alexandre Mateus Salgueiro

(ROC nº 1499, inscrito na CMVM sob o nº 20161109),

em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.